



Paramos para o país **AVANÇAR!**

Aos trabalhadores da Administração Pública:

Foi a luta determinada e decisiva dos trabalhadores da Administração Pública que tornou possível reverter algumas das medidas mais gravosas que PS, PSD e CDS implementaram contra os direitos e os serviços públicos nas últimas décadas.

O governo PS, apesar de criadas as condições para uma efetiva mudança de políticas, tem falhado, por opção própria, na tomada de medidas que são cruciais para a melhoria das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores da Administração Pública.

O GOVERNO INSISTE EM:

- Não aumentar os salários.
- Não reconhecer o direito à atualização salarial anual.
- Não atualizar grande parte das pensões de aposentação.
- Não rever a Tabela Remuneratória Única (TRU) no sentido de garantir a proporcionalidade entre as posições remuneratórias e assegurar rendimentos dignos e a progressão carreira.
- Manter o congelamento de várias prestações remuneratórias, como o trabalho suplementar, ajudas de custo, abono para falhas, entre outros.
- Não regularizar a contagem de tempo de serviço nas carreiras, cargos ou categorias integrados em corpos especiais.
- Não repor o mínimo de 25 dias de férias e a majoração com a idade e o tempo de serviço;
- Negar a reposição da aposentação aos 36 anos, independentemente da idade, e da forma de cálculo das pensões;
- Não investir nos serviços públicos, abrindo caminho à sua privatização;
- Não reconhecer que a precariedade deve ser erradicada insistindo no PREVPAP, instrumento que já provou que não só não resolve uma série de situações gritantes de precariedade como, pelo contrário, serve para legitimar legalmente situações de falsos recibos verdes e de outsourcing na Administração Pública, deixando ainda de fora mais de 90% dos trabalhadores com vínculo precário na Administração Pública, identificados pelo governo;
- Transferir para as autarquias importantes funções Sociais do Estado, pondo em causa o acesso das populações a estes serviços estruturantes, os direitos dos trabalhadores, e desbravando o terreno para a privatização.



O TEMPO É AGORA!

AVANÇAR!

Pela dignidade dos trabalhadores!

Pela valorização das carreiras e do serviço público!

Para além do descarado roubo de, nalguns casos, mais de 20 anos de Serviço, o objetivo último do governo é a fusão das Carreiras de Assistente Operacional e Assistente Técnico, finalizando o processo de destruição das Carreiras na Administração Pública, iniciado pelo governo PS-Sócrates.

Não aceitamos o argumento de que não há dinheiro para aumentar os salários, sabendo que há 792 milhões de Euros para financiar a Banca, mais do dobro do previsto em 2018 para as progressões nas Carreiras da Administração pública.

Por força da luta dos trabalhadores, o governo, na decorrência do aumento (ainda que insuficiente) do Salário Mínimo Nacional, vem fixar o salário de entrada na Administração Pública na subsequente posição remuneratória (635€), aquém da justa proposta da Frente Comum e da CGTP de 650€ para todos os trabalhadores e das possibilidades que o crescimento económico permite.

Violando o princípio da proporcionalidade dos salários, o governo pretende apagar pontos que os trabalhadores adquiriram por direito próprio (10 pontos = 10 anos), roubando os pontos àqueles que beneficiariam com o aumento do Salário Mínimo Nacional, confundindo progressões com actualizações salariais.

Mas os trabalhadores da Administração Pública não desistem e continuarão, também, a sua luta!

É uma luta de todos e que interessa a todos, pela valorização e democratização no acesso às funções sociais do Estado, com serviços públicos de qualidade e universais, que respondam aos anseios das populações e aos interesses de progresso do País. Essas funções requerem trabalhadores dignificados, motivados, valorizados e com direitos.

- **Não aceitamos um processo de descongelamento das progressões que além de injusto e insuficiente, com graves erros e desigualdades entre serviços, ainda exclui milhares de trabalhadores do Setor Empresarial do Estado.**
- **Não aceitamos que o governo deixe de fora mais de 600 mil trabalhadores que há uma década não têm aumentos.**

Assim, apelamos à mobilização e participação de todos os trabalhadores na Greve Nacional de Trabalhadores da Administração Pública, a 15 de fevereiro, exigindo, nomeadamente:

▶ **O aumento real dos salários e das pensões em 4%, com um mínimo de 60€ nas remunerações até 1500€.**

▶ **A revisão da tabela remuneratória única, estabelecendo o salário mínimo de 650€ como primeira posição e subindo as demais posições remuneratórias.**

▶ **A contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira.**

